

# Missão e transformação social

JOSÉ NUNES OP

Faculdade de Teologia – UCP (Lisboa)

De igual modo com o que se passa noutros credos religiosos, também o cristianismo apresenta uma ética clara, resumida sinteticamente no mandamento de Jesus Cristo: «amar a Deus e ao próximo» (Mt.22,37-40). Nesse sentido, podemos dizer que o cristianismo é uma religião prática, operativa, que não deixa ao cuidado das divindades a resolução dos problemas humanos, mas que assume o mandato e responsabilização do ser humano por parte do Criador relativamente ao ordenamento do mundo criado: «Crescei e multiplicai-vos, submetei e dominai a terra» (Gn.1,28).

Por esse motivo, «a missão da Igreja não pode deixar de lado toda a problemática que se esconde por detrás de conceitos como ‘libertação’, ‘promoção humana’, ‘denúncia profética’, ‘luta contra a injustiça’, ‘erradicação da pobreza’, ‘direitos humanos’, ‘enfrentamento face a todo o tipo de opressão’, ‘defesa da dignidade dos marginalizados’...»<sup>1</sup>. Compreendemos assim que papa Francisco tenha intitulado o capítulo IV da Exortação

<sup>1</sup> E. BUENO, *La Iglesia en la encrucijada de la misión*, ed. Verbo Divino, Estella 1999, 239.

Apostólica *Evangelii Gaudium* do seguinte modo: “A dimensão social da evangelização”.

Estamos, então, diante de uma nova perspectiva na teologia da missão, com reflexos evidentes na espiritualidade, motivação e ações práticas dos agentes da missão. Não que a Igreja, desde a sua génese, tenha alguma vez deixado de lado a preocupação com os pobres e a solidariedade ou as tarefas da promoção humana, nomeadamente nos campos da saúde e da educação. Mas a perspectiva, agora, é realmente outra: já não o *espiritualismo*, que determinava a finalidade da missão na ‘salvação das almas’ ou na ‘cura das almas’ – com o evidente perigo da dicotomia alma-corpo<sup>2</sup>, e tão pouco o *assistencialismo*, que pretendia socorrer a todos os necessitados dentro duma ação caritativa mas que não chegava a descobrir nem a interessar-se pelas causas estruturais de toda a injustiça e sofrimento humano<sup>3</sup>.

## O mundo carece de uma cultura da solidariedade<sup>4</sup>

Na sua recente Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco afirma categoricamente que «a tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano», razão pela qual é necessário tirar consequências práticas dos princípios da doutrina social da Igreja «para que possam incidir com eficácia nas complexas situações hodiernas» (EG n.º 182).

Ora, afinal qual é a situação sociopolítico-económica que vivemos hoje, a nível mundial, justamente nos lugares onde se desenvolve, preferentemente, a missão *ad gentes*? O papa Francisco alerta para os perigos de uma globalização construída com base no egoísmo, nas perspectivas neoliberais dum capitalismo selvagem, numa idolatria do dinheiro, nas desigualdades gritantes (cf. EG nn. 52-67).

De facto, a situação é claramente a de milhões e milhões de seres humanos que vivem na pobreza, contrastando com alguns outros, muito menos, que vivem na abundância. Antes da Revolução Industrial, a produção

<sup>2</sup> Cf. A. SANTOS, *Teología sistemática de la misión*, Ed. Verbo Divino, Estella 1991, 420-421.

<sup>3</sup> Cf. E. BUENO, *o.c.*, 241.

<sup>4</sup> A partir daqui, sigo de perto o texto do meu livro *Teologia da Missão – notas e perspectivas*, Ed. OMP, Lisboa 2008, 59-73, mas revisto e bastante atualizado.

agrícola e o trabalho artesanal não eram suficientes para evitar a pobreza. Bastava uma seca e logo aparecia o problema da fome. Claro, havia gente abastada, mas era-o à custa de espoliar a outros (a guerra e os impostos eram os meios mais frequentes) e não porque houvesse um aumento de produção global. Os recursos eram, realmente, poucos.

Mas hoje a situação é muito diferente. A nível mundial produz-se mais do que o suficiente para matar a fome a toda a gente; contudo há entre 400 e 1000 milhões de pessoas a morrerem de fome. Sobretudo «a partir dos anos 70 (do sec. XX), produziu-se uma degradação nas condições das trocas económicas entre o Norte e o Sul, a qual trouxe consigo um empobrecimento crescente duma grande parte da população mundial»<sup>5</sup>. E mesmo dentro dos países ricos ou desenvolvidos, há riqueza suficiente para todos viverem bem; contudo há imensas bolsas de pobreza, algumas delas de pobreza extrema/miséria.

Ora isto não só entra em contradição com o espírito e a cultura da *globalização* como é uma questão ética grave, porque hoje há possibilidade de evitar a pobreza e, pelo contrário, ela não para de aumentar. Nunca se falou tanto em desenvolvimento e em ajuda ao Terceiro Mundo como de há 30 anos a esta parte; contudo, o fosso entre países ricos e pobres é cada vez maior. Há muita abundância... e há muita pobreza! Numa recente Carta à Ordem dos Pregadores (frades dominicanos), o Mestre Geral – fr. Bruno Cadore – escrevia: «Num mundo onde nunca houve tanta riqueza de dinheiro em circulação mas onde cresce a desigualdade entre ricos e pobres (...) temos de desenvolver uma verdadeira cultura da solidariedade»<sup>6</sup>.

E também, qual profeta dos tempos modernos, escrevia J. Paulo II na *Sollicitudo Rei Socialis* (n.º 47): «no quadro das tristes experiências dos últimos anos e do panorama predominantemente negativo do momento atual, a Igreja sente-se no dever de afirmar com vigor a possibilidade de superar os entraves que se interpõem, por excesso ou por defeito, ao desenvolvimento, e a confiança numa verdadeira libertação. Esta confiança e esta possibilidade fundam-se, em última instância, na consciência que tem

<sup>5</sup> J.-F. ZORN, *Développement*, in *Dictionnaire Oecuménique de Missiologie*, Cerf/Clé, Paris 2001, 79.

<sup>6</sup> Fr. BRUNO CADORE, op, *Mendiants et solidaires – Pour une culture de la solidarité au service de la prédication*, Carta à Ordem, 24 maio 2014.

a mesma Igreja da promessa divina, ao assegurar-lhe que a história presente não permanece fechada em si mesma, mas está aberta para o Reino de Deus».

Acresce a tudo isto que «a pobreza, a fome, a opressão, a corrida aos armamentos, a guerra, a manipulação, as doenças..., que oprimem agudamente a humanidade atual, especialmente no Terceiro Mundo, encontram-se geralmente lá onde se desenvolve a atividade missionária»<sup>7</sup>. Estranha ou trágica *coincidência* que faz com que a maior parte dos pobres do mundo não tenham escutado a Boa Nova de Jesus Cristo, o que acarreta uma «dupla injustiça: ao mesmo tempo que são vítimas de uma ordem económica e duma repartição dos poderes injustas, são privados do conhecimento da solicitude particular de Deus para com eles»<sup>8</sup>. Uma vez mais estava J. Paulo II consciente desta questão, quando escreveu: «A missão *ad gentes* desenvolve-se ainda hoje, na sua maior parte, no Hemisfério Sul, onde é mais urgente a ação em favor do desenvolvimento integral e da libertação de toda a opressão. [...] Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o homem no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida [...] O contributo da Igreja e da sua obra evangelizadora para o desenvolvimento dos povos não se restringe apenas ao Hemisfério Sul, visando combater aí a miséria material e o subdesenvolvimento, mas envolve também o Norte, que está exposto à miséria material e o superdesenvolvimento. [...] A atividade missionária leva aos pobres a luz e o estímulo para o verdadeiro progresso, enquanto a nova evangelização, entre outras tarefas, deve criar nos ricos a consciência de que chegou o momento de se tornarem realmente irmãos dos pobres, na conversão comum ao progresso integral, aberto ao Absoluto» (RM 58-59).

Eis porque nenhum «cristão se pode desinteressar dos problemas terrenos, deixando o mundo material por preconceitos espiritualistas»<sup>9</sup>. E com mais razão ainda não poderão os missionários específicos manter-se

<sup>7</sup> A. SANTOS, *o.c.*, 421.

<sup>8</sup> E. CASTRO, *Pauvres*, in *Dictionnaire Oecuménique de Missiologie*, 263.

<sup>9</sup> M. MATUMONA, *Promoção humana e inculturação*, in *Atas do Simpósio sobre a Missionação*, 145.

alheados da luta que os pobres da terra levam a cabo para conquistar os seus direitos, pois aí se joga a fidelidade ao Evangelho. A Igreja, de resto, ao mais alto nível do seu magistério, já declarou a sua “opção preferencial pelos Pobres”<sup>10</sup> e afirma que “os pobres merecem uma atenção preferencial” (RM 60). Alguns teólogos pensam, até, que essa nota de Igreja é tão importante como as que confessamos no Credo: una, santa, católica e apostólica.

## O Deus bíblico e o amor preferencial pelos pobres

O título deste apartado poderia ser também o que o papa Francisco escreve no n.º 197 da *Evangelii Gaudium*: «O lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus!»

Numa peça do famoso dramaturgo B. Brecht, um personagem queixa-se aos deuses: “*Como se pode ser bom e generoso quando tudo está tão caro?*”; e os deuses respondiam: “*Infelizmente não podemos fazer nada nesse sentido. Os assuntos económicos não são da nossa incumbência*”. Ora, esses deuses são como o Deus “motor immobilis” de Aristóteles, incapaz de compaixão. O Deus bíblico, porém, não se revelou assim<sup>11</sup>. Como não recordar, desde logo, as primeiras páginas da Escritura, os primeiros onze capítulos do Génesis, onde se apresenta o projeto de Deus para o ser humano como um paraíso (Gen.1-2), onde se pergunta pela fraternidade universal (episódio de Abel e Caim – Gen.4), onde se denunciam os totalitarismos e se proclama a rica diversidade (Gen.11 e a Torre de Babel)... Bastaria também ler Ex. 3, 7-10, sobre a compaixão que Deus sentiu ao ouvir o clamor do seu povo no Egito ou conferir a legislação revolucionária que Deus inspira ao Povo em Israel: redistribuição da terra de 50 em 50 anos (Lev.25,8-17.23-24), obrigação de emprestar sem juros ao necessitado (Ex.22,24; Lev.25,35-37), perdão de todas as dívidas e libertação dos escravos cada sete anos (Dt. 15,1-9). Tudo isto com um ideal e uma meta a atingir: «Não haverá nenhum necessitado no meio de vós» (Dt. 15,4)!

<sup>10</sup> CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Instrução sobre a Teologia de Libertação*, 1986, n.º 68.

<sup>11</sup> Sobre o tema, cf. H. DERROITTE, *Justice*, in *Dictionnaire Oecuménique de Missiologie*, 177-180.

Estas leis ‘jubilares’ deixariam, entretanto, de cumprir-se, arranjan-do-se até o mais das vezes justificações pseudo-piedosas para tal (e assim chegaram ao tempo de Jesus: declarar alguns bens sagrados já os livrava de serem destinados ao próprio pai ou mãe em necessidade – cf. Mc. 7, 11-13). Por isso, os profetas tiveram de falar contra as desigualdades sociais escandalosas: Is. 5, 8 denuncia a riqueza concentrada nas mãos de poucos; Amós 8, 4-7 fala no progressivo empobrecimento das massas populares; Jer. 5, 28s fala dos juízes corrompidos ao serviço dos poderosos; etc, etc.

Jesus não veio abolir a Lei e os Profetas (Mt. 5,17) e, por isso, assumiu também as causas dos pobres. O seu discurso programático, na sinagoga de Nazaré, é sintomático (Lc. 4,18ss.): Ele veio para libertar os pobres, curar a todos e proclamar a libertação dos oprimidos. Jesus é solidário dos pobres, oprimidos, presos e marginalizados de qualquer espécie pela sociedade. Jesus foi realmente um homem livre e libertador<sup>12</sup>. Ele viveu plenamente livre. O absoluto de Deus n’Ele era tal que tudo olhava e apreciava com total liberdade. Da relação íntima com o Pai – Abba –, dessa proximidade e cumplicidade com a vontade de Deus nascia a sua atitude livre e libertadora. A autoridade com que falava – até os escribas e fariseus se admiravam! –, a autoridade com que fazia milagres, a autoridade com que superava conceções e instituições religiosas (o templo, o sábado), a autoridade com que ultrapassava leis civis e mentalidades culturais (sobre publicanos, estrangeiros ou pecadores), a autoridade com que exercia a misericórdia (perdoando dos pecados e aliviando das culpabilidades), a autoridade com que manifestava a sua exigência (para com os discípulos ou para com os fariseus), enfim, toda essa autoridade testemunhava da sua imensa liberdade. Liberdade libertadora, pois Jesus sempre canalizou a sua liberdade interior para ajudar todos os homens a também serem livres.

A libertação praticada por Jesus não é, então, apenas de cunho espiritualista: é integral, conseqüente com o princípio da encarnação. «Não foi só para libertar o homem dos seus pecados que Cristo veio. O Cristo veio também para libertar o homem das conseqüências do pecado (...) Ele quer a libertação do homem, a sua libertação total. É este o sentido da sua missão: Ele é o *Libertador*»<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Nunca será demais lembrar aqui a obra clássica de C. DUQUOC, *Jesus – homem livre*, Paulistas, Lisboa 1974.

<sup>13</sup> A. FRAGOSO, *Evangelho e problemática social*, Ed. Paisagem, Porto 1970, 12-13.

Além disso, a ressurreição de Jesus manifesta claramente a vontade e a ação de Deus em favor da vida, da vida abundante (Jo. 10,10), que o próprio Jesus anunciara e promovera. Se o maior inimigo do homem – a morte – pode ser vencido, com maior razão todas as ‘mortes’ do quotidiano podem e devem ser combatidas e vencidas. A ressurreição de Jesus abre-nos, pois, à esperança e desencadeia uma praxis libertadora que relativiza todo o mal e todo o poder idolátrico e opressor<sup>14</sup>.

E os discípulos de Jesus, como bem sabemos, vão procurar continuar o seu combate: procederão a inúmeras curas, proclamarão uma justiça que supere o viver lado a lado na opulência e na miséria, cuidarão das viúvas e do serviço das mesas, defenderão a partilha generalizada dos bens para «que não haja necessitados» (Act. 4, 34... o que exprime o mesmo ideal de Dt. 15, 4) – quer dentro de uma mesma comunidade quer entre comunidades ou Igrejas locais (como o caso de Corinto face a Jerusalém). Numa palavra: «a missão da igreja primitiva não se limitava à proclamação e ao testemunho. A Boa Nova de salvação era também transmitida por meio da ação transformadora dos cristãos (...) A salvação prometida por Deus significava o fim da morte, das lágrimas e da injustiça»<sup>15</sup>.

Deus quer, de facto, um mundo sem pobres, em que os bens da criação sejam por todos usados e repartidos. Por isso, já a tradição da Igreja considerou serem “pecados que bradam aos céus” o “reter ou defraudar o salário dum trabalhador” ou o “virar as costas aos pobres”.

Lutar contra a pobreza é uma norma ética civil, laica, qualquer homem ou mulher o devem fazer, pois a pobreza fere a legítima e absoluta dignidade humana. E de facto, muitos se empenham nessa causa à margem de qualquer crença (indiferentes) ou mesmo combatendo a ideia de Deus (ateus militantes, marxistas ou outros). O específico cristão desta luta libertadora é fazer nela a experiência de Deus. A experiência de Deus, que se fez habitualmente (ou tradicionalmente...) pela contemplação, pode e deve ser feita também desde a prática contra a pobreza e injustiça, na solidariedade com os pobres e necessitados em geral.

É por isso que Jesus uniu as duas coisas: passou na terra fazendo o bem (Act. 10,38), curando, libertando as gentes, e ao mesmo tempo era

<sup>14</sup> Cf. C. MESTERS, *Curso Bíblico*, Paulistas, Lisboa 1983, 275-292.

<sup>15</sup> D. SENIOR – C. STUHLMULLER, *Bíblia y mission*, 457-458.

o rosto humano de Deus, era a maneira de Deus ser homem. Foi acusado de ser agitador das massas, do povo (Lc. 23,5), mas nunca deixou a relação íntima com o Pai.

Realmente, quem une o amor a Deus e ao próximo é que se torna insuportável para o opressor: a defesa intransigente da verdade e da justiça e, simultaneamente, uma vida de oração e relação íntima com Deus – fonte do amor e da sabedoria, eis o que não permite ao opressor descansar, respirar, sentir-se justificado...

## Da comunicação de bens à mudança de estruturas

A forma mais óbvia de luta contra a pobreza foi, desde sempre, socorrer ao necessitado. Sobretudo pela generosa assistência caridosa e pela esmola.

São Clemente Romano, Papa, no final do primeiro século, já lembrava que muitos cristãos se vendiam como escravos e com o preço da sua liberdade alimentaram a outros (casos de S. Pedro Coletor ou São Serapião). Para alguns Padres da Igreja, a comunicação de bens tem uma medida clara: qualquer supérfluo que tenhamos pertence aos necessitados! São Basílio, assim como S. João Crisóstomo e outros, pensavam e afirmavam que o pão que há na despensa do rico, na realidade, pertence ao que tem fome, e a roupa que está guardada no seu armário pertence a quem dela necessita... Santo Ambrósio iria mais longe, lembrando que quando se dá uma esmola a um necessitado apenas se está devolvendo uma parte do que lhe pertence!<sup>16</sup> S. Agostinho, bem perspicaz, apercebeu-se que mais do que dar de comer a quem tem fome, o importante seria não haver esfomeados e a necessidade da dádiva.

Todo este afã de preocupação com o outro, o necessitado; toda esta atitude de partilha caridosa constituiu, desde a primeira hora, a marca visível da missão cristã<sup>17</sup>. O próprio imperador Juliano, conhecido por “Apóstata”, por ter renegado a fé para voltar a restaurar o culto pagão, não deixa

<sup>16</sup> Cf. J.A. MARTÍNEZ PUCHE, *Diccionario social de los Padres de la Iglesia*, Madrid 1997, 68-89; 254-259.

<sup>17</sup> Cf. A. VON HARNACK, *Missione e propagazione del cristianesimo nei primi secoli*, Cosenza 1986, 109-166: “Il vangelo dell’amore e della beneficenza”.

de reconhecer que o segredo do sucesso da missão cristã e do correlativo fracasso do paganismo reside no humanismo social dos primeiros e na desumanidade do paganismo: «*porque não reconhecemos que o que contribuiu para a difusão do cristianismo é a sua humanidade para com os estrangeiros, o cuidado dos mortos e a sua moral irrepreensível?*». Estas palavras são dirigidas aos sacerdotes dos cultos pagãos da Galácia, os quais são convidados a não se limitar à celebração dos ritos tradicionais, mas a exercitar também a caridade à imitação dos cristãos<sup>18</sup>.

De toda esta tradição se faz eco João Paulo II, na SRS 31 (onde se citam outros nomes importantes da patrística): «Assim, faz parte do ensinamento e da prática mais antiga da Igreja a convicção de estar obrigada, por vocação – ela própria, os seus ministros e cada um dos seus membros – a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o ‘supérfluo’, mas também com o ‘necessário’. Nos casos de necessidade, não se podem preferir os ornamentos supérfluos das igrejas e os objetos de culto divino preciosos; ao contrário, poderia ser obrigatório alienar estes bens para dar de comer, de beber, de vestir e casa a quem disso está carecido».

Como sabemos, contudo, a esmola assumiu muitas vezes um significado ambíguo, uma vez que muitos que a davam queriam remediar a injustiça, mas sem renunciar profundamente a ela; isto é, dava-se esmolas mas querendo manter tudo na mesma, sobretudo o próprio bem-estar. A esmola assim entendida não liberta ninguém do estado de subserviência, podendo mesmo contribuir para alimentar a dependência. As esmolas aliviam no momento mas não resolvem o problema de fundo que fica adiado quando se partilha apenas o que sobre: dar pão hoje não dispensa de o voltar a dar amanhã... Nos nossos dias, os países ricos ajudam o Terceiro Mundo mas este está cada vez mais pobre e os doadores mais ricos! Continua a valer, pois, o ditado: “não dês peixe, ensina a pescar”!

Por isso, enquanto uma das mãos socorre o necessitado, a outra mão deve estar empenhada na mudança das estruturas sociais injustas. A missão não pode, pois, ficar reduzida à assistência: exige-se também a promoção. Este é, ainda hoje, um enorme desafio à mentalidade e prática dos missionários em terras de missão, ainda que, do ponto de vista da reflexão missiológica, esteja já claro que um ‘salto epistemológico’ foi dado e a perspetiva

<sup>18</sup> JULIANO, *Carta 84* (J.G. BLANCO – P.J. GAZAPO, Madrid 1982, 129).

tradicional baseada num *espiritualismo* e no *assistencialismo*, como lembrávamos logo no início, já tenha sido superada<sup>19</sup>.

As estruturas sociais, sabemos-lo bem, são um dado cultural, isto é, são fabricadas pelo homem; não são *naturais* (desde sempre e imutáveis) nem *sagradas* (feitas e queridas por Deus). E, como diz João Paulo II na *Sollicitudo Rei Socialis* (n.º 36), há muitas “estruturas de pecado”: «é preciso acentuar que um mundo (...), onde, em lugar da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a *estruturas de pecado*». Tais estruturas agem em sentido contrário ao bem comum e são muito difíceis de superar, justamente porque ultrapassam em muito as capacidades individuais de decisão, as quais, já de si, estão sujeitas ao «egoísmo, vistas curtas, cálculos errados, decisões imprudentes». Contudo, «as estruturas de pecado (...) estão sempre ligadas a atos concretos das pessoas, que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las. E assim, elas reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens. *Pecado* e *estruturas de pecado* são categorias que não se vê com frequência aplicar à situação do mundo contemporâneo. E no entanto não se chegará facilmente à compreensão profunda da realidade, conforme ela se apresenta aos nossos olhos, sem dar um nome à raiz dos males que nos afligem».

Eis por que a caridade cristã não pode levar só a partilhar os bens com os pobres mas tratará também de substituir as estruturas de pecado por estruturas de solidariedade e justiça social. Neste sentido se deve ler a Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1993, que João Paulo II intitulou de: “*Se queres a paz vai ao encontro do pobre*”. A verdade é que já em 1927, no seu discurso à Federação Universitária Italiana, o papa Pio XI lembrava que «o campo político abarca os interesses da sociedade inteira; e, nesse sentido, é o campo da mais vasta caridade, a caridade política, a caridade da sociedade».

Se de facto, no passado, tivemos muitos santos e missionários heroicos da caridade interpessoal, hoje necessitamos com urgência de santos e missionários da caridade política. «A ideia de promoção humana em geral ou ajuda ao desenvolvimento da humanidade como um fim próprio da

<sup>19</sup> Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium*, 176 ss.: “Dimensão social da evangelização”.

missão é algo do nosso tempo, ainda que no desenvolvimento da atividade missionária já as tradicionais ‘missões’ atendiam às necessidades corporais humanas, com as suas escolas, hospitais, instituições para crianças, lepro-sarias, etc., ajudas de todo o tipo em matéria económica e social (...) Mas tratava-se de ‘obras de caridade’ não elevadas ainda a princípios doutrinários na ciência missionológica»<sup>20</sup>.

## A evangelização missionária e a transformação social

Fruto de tudo isto que vimos afirmando, e como o lembram todos os mais recentes documentos do Magistério sobre esta matéria, a evangelização em geral e a tarefa missionária em particular têm de considerar a questão da defesa dos pobres, da libertação. Estaremos até diante da proposta de uma autêntica «revolução social no sentido preconizado pela encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI, pela *Gaudium et Spes* do Vaticano II, pelas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII. A revolução social não aceita nem uma ‘ordem’ social pela qual dois terços da humanidade se vê marginalizada nem uma ‘paz’ que é cúmplice da injustiça, do imperialismo financeiro, da satelização dos países subdesenvolvidos e do colonialismo cultural. São duas perspectivas do homem e do mundo que se enfrentam»<sup>21</sup>.

Toda a evangelização, a começar pela prática de Jesus, é feita de palavras e obras: «Ide e ensinai, batizai em nome do Pai, Filho e Espírito Santo» (Mt.28,18-20), mas também «ide e contai a João: os cegos veem, os coxos andam» (Mt. 11,4-5). Trata-se, pois, de pregar a Boa Nova com a palavra mas também de curar doentes e expulsar demónios.

Todas as comunidades cristãs estão pois chamadas a ser sinal real, concreto, palpável desse Reino que Jesus inaugurou; têm de ser sinal do Reino tanto *ad intra* como *ad extra*:

– *Ad intra*: a vida interna das comunidades cristãs deve concretizar-se na comunicação de bens, na partilha de tudo o que se é e do que se tem. Cada

<sup>20</sup> A. SANTOS, *o.c.*, 422.

<sup>21</sup> A. FRAGOSO, *o.c.*, 140.

comunidade cristã está chamada a ser um sinal duma alternativa à sociedade de pobreza e injustiça em que está inserida. há de ser muitas vezes um espaço de liberdade, um oásis no meio do deserto, um sinal contracultural.

A própria celebração litúrgica, em geral, e eucarística em particular, têm de ser equacionadas com esta problemática da causa dos pobres. Se pomos o acento única e exclusivamente no memorial do sacrifício de Cristo, esquecemos o banquete, a comunhão e fraternidade total, a partilha da Palavra e do Pão, o abraço da Paz.

Os primeiros cristãos punham o acento na Parusia, quer dizer, no final dos tempos, no Reino do Senhor que vai vir, onde não haverá mais injustiça nem pobreza nem divisão. E a eucaristia tinha de ser sinal disso mesmo. Sem essa perspetiva, São Paulo avisa-nos: «não estais comendo o Corpo e o Sangue de Cristo, mas a vossa própria condenação» (1Cor. 11,17-34).

– *Ad extra*: os documentos conciliares e os que se lhe seguiram, por parte do magistério da Igreja, são claros quanto à necessidade de não pensar mais a missão com a perspetiva única de ‘salvação das almas’ (perspetiva cultural e sacramentalista). «O homem necessita ser salvo em todos os aspetos. Logo desde o início dos evangelhos se nos mostra um Jesus a pregar e a ensinar com atenção à ‘alma’ mas também socorrendo e ajudando ao ‘corpo’. Não é possível estabelecer uma rivalidade entre a proclamação missionária da palavra e a ajuda material a tantas pessoas necessitadas»<sup>22</sup>. A esta perspetiva não é estranho, como vimos, o repensar o mandato de Cristo aos discípulos de também curarem enfermidades e expulsarem demónios. Assim, «para evangelizar não bastam palavras. São necessárias ações concretas»<sup>23</sup>.

Deve lembrar-se também, por tudo isto, que a missão da Igreja não tem apenas uma dimensão de futuro, escatológico-soteriológica, mas é anúncio da Boa Nova no presente. Nessa linha, já o Concílio Vaticano II, em AG n.º 12, fala da preocupação e solicitude da Igreja por todos os

<sup>22</sup> A. SANTOS, *o.c.*, 421.

<sup>23</sup> M. MATUMONA, *o.c.*, 148.

excluídos e da luta solidária com os mais desfavorecidos para «estabelecer melhores condições de vida» (cf. também AG n.º 41). O Sínodo dos Bispos de 1971, afirmou por exemplo (logo na Introdução do Documento Final): «A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo é uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho»; a *Redemptoris Missio* (n.º 59) declara: «entre anúncio evangélico e promoção humana existe uma estreita conexão»; e a *Evangelii Nuntiandi* (nn.29-31) falava muito da evangelização como libertação, o que implica uma grande atenção da Igreja face aos pobres e oprimidos do mundo, com quem tem de ser solidária na sua própria luta de libertação. Deste último documento, de Paulo VI, destaque para estas poderosas palavras: «A evangelização não seria completa se não tivesse em conta a interpelação recíproca que no decurso dos tempos se estabelece entre o evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem. Precisamente por isso, a evangelização leva consigo (...) uma mensagem especialmente vigorosa sobre a libertação» (EN 29); «entre evangelização e promoção humana-desenvolvimento-libertação existem efetivamente laços muito fortes. Vínculos de ordem antropológica, porque o homem a evangelizar não é um ser abstrato, mas um ser sujeito aos problemas sociais e económicos. Laços de ordem teológica, já que não se pode dissociar o plano da criação do plano da redenção, que chega até situações muito concretas de injustiça que há que combater, e de justiça que há que restaurar. Vínculos de ordem eminentemente evangélica, como é o caso da caridade. Com efeito, como proclamar o mandamento novo sem promover, mediante a justiça e a paz, o verdadeiro, o autêntico crescimento do homem?» (EN 31).

Mais recentemente, o papa Bento XVI, na Exortação Apostólica *Verbum Domini* (nn. 99-108), relaciona diretamente o anúncio da Palavra (a missão eclesial) com a caridade ativa e a preocupação solidária com os migrantes, doentes, pobres e marginalizados em geral. É que a palavra de Deus conduz a um compromisso com a justiça (VD nn.100-101) e a *missio Dei* e a *missio ecclesiae* concretizam-se num «servir Jesus nos seus irmãos mais pequeninos (Mt. 25,40)» (VD n.º 99). E não esqueçamos todas as afirmações que vêm sendo proferidas pelo papa Francisco, bem como as palavras escritas na *Evangelii Gaudium* e as suas atitudes quase diárias em favor e defesa dos mais desprotegidos, daqueles que Francisco carinhosamente descreve como «os da periferia».

Como sabemos, os tradicionais ‘países de missão’ situam-se maioritariamente na zona do Terceiro Mundo, o menos desenvolvido e mais pobre. Por isso, não é de estranhar que seja nos continentes e países da periferia que se acentue mais esta compreensão da missão como libertação – o que era muito visível na América Latina mas cada vez mais, também, na África e na Ásia.

Mas hoje exige-se um novo olhar, uma nova perspetiva para a própria ‘libertação’. Ela deve ser pensada a partir dos próprios oprimidos, tem de ser praticada e refletida pelas próprias Igrejas locais do Terceiro Mundo: é preciso «respeitar o direito inalienável concedido por Deus a toda a Igreja local, especialmente às do Terceiro Mundo, para desenvolver o seu próprio discurso teológico (...) Inclusive na luta pela justiça, é preciso que se faça justiça à criatividade dos teólogos do Terceiro Mundo, que levam a cabo uma clara rutura com a dominação cultural da Igreja ocidental também no terreno da ética social»<sup>24</sup>.

Este novo olhar sobre a missão declara falida a tradicional conceção da missão, que podia ser caracterizada pelos seguintes pontos: – missão da Europa e EUA para os países do Sul; – missão dos países da cristandade para grupos humanos à margem do cristianismo; – missão como movimento da verdade ao erro; – missão dos ricos em direção assistencial aos pobres e subdesenvolvidos; – missão do centro (culturalmente avançado) para a periferia atrasada; – missão do ocidente branco para os povos de cor; – missão identificada com o dar e quase nada com o receber; – missão levada ao cabo pela Igreja oficial e Instituições Missionárias com o apoio do poder temporal.

A perspetiva libertadora na missão da Igreja, que procurámos fundamentar bíblico-teologicamente, assenta, pois, em dois grandes princípios: o princípio de solidariedade com os pobres e oprimidos e o princípio da afirmação da sua autoemancipação ou autolibertação, em que os missionários se empenham solidariamente.

No concreto, isso passa pela ação decidida em inúmeras realidades a ser transformadas, a serem purificadas pelo próprio Evangelho, tais como: a falta de acesso a postos sanitários e à medicina científica; a falta de água

<sup>24</sup> A. PIERIS, *Liberación, Inculturación, Diálogo religioso*, 212. Ed. Verbo Divino, Estella 2007, p. 212.

canalizada; a necessária promoção feminina (tantas vezes a mulher é um ser de segunda ordem); a necessária formação para a higiene, prevenção da saúde, ambiente; as dificuldades da rega e fertilização da terra; o extenso analfabetismo, muitas vezes associado a crenças mágicas impeditivas do desenvolvimento; a falta de estradas e meios de comunicação; as intermináveis guerras, muitas vezes com causas tribais; os necessários projetos de desenvolvimento integrado (em cooperativas, com aproveitamento dos recursos naturais); o necessário desenvolvimento do parque industrial (para evitar as importações massivas); o necessário respeito por um desenvolvimento que considere o ambiente e a integridade da criação; a defesa inequívoca dos direitos humanos; e, claro, o indispensável investimento na formação de quadros para tudo isto, já que, como lembrava RM 58, o progresso do homem deriva sobretudo da formação das consciências e dos costumes, pois «o homem é que é o protagonista do desenvolvimento»<sup>25</sup>.

Uma vez mais, faríamos bem, certamente, em recordar uma bela afirmação da *Evangelii Nuntiandi*: «A Igreja tem de escutar as vozes de milhões de filhos... empenhados com todas as suas forças na luta para superar tudo aquilo que os condena a ficar à margem da vida: fomes, doenças crónicas, analfabetismo, pobreza, injustiça nas relações internacionais, e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neocolonialismo económico e cultural, por vezes tão cruel com o político... Tudo isso não é estranho à evangelização» (EN 30).

A Igreja, é certo, tem uma rica Doutrina Social<sup>26</sup>. Mas é também claro que a Igreja não tem uma solução técnica para as questões sócio-político-económicas. J. Paulo II, na *Sollicitudo Rei Socialis*, lembrava que a Doutrina Social da Igreja não é um programa político concreto que pudesse eventualmente ser decalcado do Evangelho nem é uma terceira via entre o coletivismo marxista e o capitalismo liberal (nn.21 e 41); mas a Igreja empenha-se em práticas de solidariedade libertadora e pede aos seus membros

<sup>25</sup> A este respeito, chamo a atenção, e meramente a título de exemplo, para duas iniciativas da missão no continente africano, de frades dominicanos que bem conheço, que, inclusivamente, já ganharam prémios internacionais e são justamente reconhecidas pelo trabalho missionário ligado, respetivamente, ao desenvolvimento local integral e à conscientização e luta pelos direitos humanos: o Projeto Songhai, no Benin, e o Mosaiko-Instituto para a Cidadania, em Angola.

<sup>26</sup> Cf. o recente e sintético trabalho de J. DIAS DA SILVA, *Em nome de Jesus Cristo, Uma formação básica em Doutrina Social da Igreja*, Paulinas, Lisboa 2007.

uma reflexão profunda na busca de soluções para os graves problemas que condenam uma parte significativa da humanidade a viver à margem de uma vida digna (n.º 32). E em toda esta busca (teórico-prática), seria importante manter como grandes critérios: «1) as necessidades dos pobres têm prioridade sobre os interesses dos ricos; 2) a libertação dos dominados tem prioridade sobre a liberdade dos poderosos; 3) a participação dos grupos marginalizados tem prioridade sobre a preservação de uma ordem que os exclui»<sup>27</sup>.

A missão converte-se, assim, em profecia<sup>28</sup>. Mas «este papel profético não significa uma postura meramente denunciatória e crítica. As comunidades eclesiais podem também mobilizar energias para promover iniciativas positivas e benéficas, ou apoiar outras já existentes (...) Deste modo, os cristãos mobilizam forças que são criativas e estão além da mera denúncia da injustiça e dos abusos cometidos sobre os pobres»<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> A. PIERIS, *o.c.*, 201.

<sup>28</sup> Cf. M. AMALADOSS, *La mission comme prophétie*, *Spiritus* 128 (1992), 263-275.

<sup>29</sup> J. ANTUNES DA SILVA, *Diálogo Profético Identidade e Missão da Congregação do Verbo Divino*, Ed. Missionários do verbo Divino, Fátima 2014, 211-212.